

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de março de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ALAN SANCHES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente, Alan Sanches, procede à leitura do expediente do dia 27 de março de 2013.)

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Del Carmen, comunicando sua ausência da sessão no dia 20/03/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Sandro Régis, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18 e 19/03/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato

parlamentar.

Da Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência da sessão no dia 28/03/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):-Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputadas, nobres deputados, Srs. Servidores desta Casa, o deputado Carlos Geilson, ontem, referiu-se a mim. Solicitei-lhe um aparte mas ele estava tão compenetrado com suas verdades que não me ouviu. Sei que ele é um deputado bastante elegante, um homem cordato... Na verdade, ele não viu. Não viu, não, ele estava muito imbuído daquilo que falava, com suas verdades. Mas eu gostaria de saber do deputado hoje, justamente naquele momento eu ia perguntar-lhe, qual os parâmetros que ele tem para fazer uma comparação entre uma ponte, que vai ser construída aqui na Baía de Todos-os-Santos, descrita de forma poética pelo professor Zé Raimundo, que diz que “não tem mais saveiro”, o “vapor de Cachoeira não navega mais no mar”, e a ponte chinesa. Quer dizer, compararmos o Brasil com a China, coisas totalmente diferentes... Imagine uma obra de engenharia. Naquela audiência, ficou bem claro. Como V.Ex^a se referiu, o “notável professor” José Sérgio Gabrielli fez questão de explicar que um projeto como esse exige muita responsabilidade. Que ia se fazer a licitação do projeto de engenharia, outra licitação para o estudo de impacto ambiental, tanto em Salvador quanto em Vera Cruz, Jaguaripe e Itaparica também. De forma que isso é necessário para que se construa um projeto com solidez, e que o preço não estava definido, não era exatamente esse preço ao que V.Ex^a comparou com a ponte chinesa. Não me recordo se V.Ex^a o precisou, aonde leva essa ponte – de onde sai, aonde chega e se é por mar ou rio, o que corta... Então, gostaria que V.Ex^a nos explicasse para compreendermos melhor, e, com essa aula de engenharia, vamos poder ajudar mais para que tenhamos um grande projeto. Todo projeto, sem dúvida nenhuma, parte dos sonhos, dos desejos. E essa ponte, sem dúvida nenhuma, é um desejo do povo que mora na ilha, é um desejo do povo de Salvador que veraneia na ilha, é um desejo também do povo que mora em Salvador e não vai à ilha, porque, com certeza, Salvador é uma cidade que não tem saída. A única saída – e V.Ex^a sabe porque pega engarrafamento todo dia, através da BR-324 e a outra somente leva ao Litoral Norte. Então, isso vai estrangular. Essa outra alternativa de saída de Salvador vai ter que ter de qualquer jeito, é inexorável, não é só um sonho, é a realidade que vai nos levar. Conversava com o deputado Gaban, ele falava também da visão que tem o prefeito de Salvador. Então, todo mundo que pensa a cidade, com certeza, não vai deixar de

buscar uma alternativa concreta para resolver outra via para sair de Salvador que, sem dúvida nenhuma, no entorno da Baía de Todos os Santos, como foi aqui colocado, os seus impactos vão ser muito maior. Porque vão pegar o berçário do mar, da vida marinha, que são os mangues, e aí vai impactar muito mais.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Para concluir, deputado. O Sr. MARCELINO GALO:- Então, para concluir, Sr. Presidente, gostaria de que na hora de V.Ex^a falar, deputado, que nos desse essa aula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Obrigado, deputado. Convido o deputado Tom Araújo para fazer uso da palavra por 5 minutos. O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários desta Casa, venho aqui nesta tarde de quarta-feira, véspera da Semana Santa, da Sexta-Feira da Paixão, para falar um pouco, deveria, inclusive, ser um tema exclusivamente abordado aqui neste momento de crise, que é a seca que assola o interior do Bahia e principalmente o nosso semiárido.

A monocultura do sisal vem sofrendo por conta dessa seca e não somente isso. Mas agora temos que falar da seca. Por quê? Porque 75% já são a queda na produção do sisal, que é uma planta resistente, é uma monocultura, mas que fez com que aquela região do sisal se desenvolvesse tanto e gerasse emprego e renda para as cidades, para os municípios. E fico aqui a questionar: que tipo de ação está sendo feita? O que é que está sendo feito para que os produtos do sisal, para que as pessoas que vivem no campo permaneçam, não saiam e nem mesmo tenham o direito de retornar? O que é isso que estamos vendo? A produção caiu praticamente a zero. Temos, hoje, apenas 25% do que se produzia. No ano de 2002, 2003, a China entrou comprando forte o sisal, tínhamos uma produção de 80 mil toneladas de sisal/ano, hoje temos uma produção de 20 mil toneladas. E o governo insiste em dizer que tem que avançar tecnologicamente com relação ao sisal. Concordo plenamente com o secretário da Agricultura, Dr. Eduardo Salles, concordo plenamente com um secretário que é colega nosso, o deputado Paulo Câmera, que é secretário da Ciência e Tecnologia, que já debateu, já discutiu, já falou numa máquina inovadora, em recursos sendo despendidos para se criar uma nova máquina para não se usar somente 5% do sisal, como é utilizado hoje, só se aproveita 5% da fibra. O governo tem que ser enfático, tem que ser mais contundente, dizer realmente o que é que vai fazer! Cadê o recurso? O investimento? O que vemos é um secretário saindo no interior do Estado, falando de seca e tentando emplacar candidatura a governador! Ora, isso não é hora para se aproveitar da necessidade, do sofrimento, do que as pessoas estão passando para se fazer discurso demagógico. O que as pessoas, a população precisa é de ação efetiva, de investimento imediato, não adianta ficar somente discursando e falando de seca. Aí me pergunto: nestes 7 anos do governo PT, o que foi feito ou construído, como

algum tipo de barragem, para amenizar o sofrimento dos nordestinos, principalmente do semiárido da Bahia? Nenhuma barragem foi construída! O que se ouve falar é que aumentaram as adutoras, as ligações, mas para tirar água de onde não tem manancial. Se não tem barragem, eu quero saber, mas o governo não responde, se vai continuar fazendo propaganda. O secretário Rui Costa faz encontro com prefeitos que já não aguentam mais ouvir somente que está sendo resolvido, que agora é mais fácil enfrentar a seca, é mais fácil conviver com ela, porque agora foi feito muito por este governo. Mas foi feito o quê? Ligações? Água de onde? De onde é que este governo está tirando água com tanta ligação?! Será que as pessoas são bobas para escutar esse engodo e acreditar?! Não são! Estou aqui para fazer este registro porque a cada semana, quando chego no interior, tenho percebido, ouvido e escutado as pessoas muitas vezes derramarem lágrimas por estarem sofrendo muito. Pelo amor de Deus, governador do Estado, secretário Rui Costa, todos se mobilizem! O que precisa é mobilização e prioridade, porque agora o momento é de priorizar e atender aqueles que mais precisam.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Mário Negromente Júnior):- Com a palavra o nobre deputado Gaban, defensor intransigente das normas constitucionais, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, chegamos à época de comemarmos a Páscoa, e muitos dos funcionários públicos não podem nem se deslocar para verem seus entes queridos no interior, porque o governo do Estado, insensível, continua aplicando no mercado financeiro um dinheiro que não lhe pertence. Existe uma lei em vigor que obrigaria o governo baiano a ter dado o reajuste do funcionalismo público desde o dia 1º de janeiro. Sindicalistas continuam quietos. Estranho este silêncio! Não sei como tem coragem de representar um determinado segmento de servidores públicos aquele que não se manifesta na hora de uma injustiça como esta. Deputado Targino Machado, tem um ditado que diz “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.” Vou continuar batendo nesta tecla! Que o governador, na hora em que estiver orando na Semana Santa, ore pensando nos funcionários públicos, ore pensando nos servidores desta Casa! Que só vai naturalmente dar um reajuste também ao nosso funcionalismo daqui quando sair o do governador. Só fazem as coisas atreladas. Mas que culpa tem o servidor público da incompetência de um governo que já no ano passado só deu uma reposição salarial, quando poderia ter dado um reajuste? Porque do Orçamento que nós aprovamos aqui - nós não, porque eu não estava, mas os outros deputados - para gastar com o funcionalismo público sobraram 428 milhões. Sobraram 428 milhões no Orçamento, meu caro deputado Tom! E sabe o que o governo fez? Usou esse dinheiro - bem como o de financiamentos que foram autorizados por esta Casa para realizar obras e o de recursos vinculados da Saúde e de todas as outras áreas - para tapar o buraco no

custeio. O que este governo sabe fazer é botar apadrinhados na administração - são os famosos Redas -, contando com a conivência do Tribunal de Contas do Estado, que todo ano penaliza, recomenda, mas o governo descumpre. E isso fica assim. A comissão aqui, nem se fala, porque não se reúne, não tem nem auditoria interna! Devia acabar a Comissão de Finanças e Fiscalização. Faço até parte dela. Ela existir ou não?! É melhor que não exista! É economia para os cofres públicos, para não gastarmos com assessores numa comissão que não funciona. Como é que vai analisar as contas do governo quando estas vierem? Só se reúne quando é obrigada constitucionalmente, porque o secretário da Fazenda vem prestar contas do quadrimestre, aí tem que se reunir, e votar de uma maneira corrida, quando já não vem para o Plenário, o que já aconteceu no ano passado. Nenhum projeto, nada foi aprovado no Plenário da Casa, tendo passado antes pelas comissões. O que é que o governo que não quer discutir nada faz? Deixa decorrer o prazo e, aí, regimentalmente, tem que vir para cá, os deputados se reúnem açodadamente para dizerem amém e aprovam. Depois, não querem, deputado Carlos Geilson, que a imprensa diga que as comissões não funcionam, que esta Casa, que se diz do povo, não é do povo, porque os deputados que dão sustentação ao governo não vêm aqui. Eles não têm pessoas conhecidas no funcionalismo público que estão agonizados? Todo mundo sabe que a inflação aumentou este ano. O governo não pode dizer que não tem dinheiro. Ontem mesmo, o secretário do Planejamento esteve aqui, e ele confirmou o que o governador já tinha dito, que o PIB da Bahia cresceu mais do que o do Brasil, 3,9%. Por que, então, não vem pagar o que é do funcionalismo público? Não é favor, é dever, é obrigação. Está na lei, projeto aprovado, o “planão”. Está aguardando o que esse governador? Continuar aplicando no mercado financeiro? Se tivemos, como falei aqui outras vezes, janeiro, fevereiro e março, comparado com janeiro, fevereiro e março do ano passado, 300 milhões a mais em janeiro do que no ano passado; em fevereiro, 180 milhões, e a expectativa deste mês é de 250 milhões de reais a mais do que no mesmo período do ano passado? Então o governo não tem desculpa, e não pode o funcionário público... Depois, a PM, deputado Capitão Tadeu, entra em greve, e eles vão dizer o quê? Tiraram até a ajuda do transporte da PM. Está na lei e ele não paga, ele está querendo o quê? Outra greve? Quer sacrificar o povo da Bahia? Já não bastam os crimes que estão acontecendo diuturnamente? O número de assassinatos na Bahia é muito maior do que em São Paulo, gente! São Paulo que tem mais que o triplo da população. Então, Sr. Presidente, concluindo, está na hora de a Bancada que dá sustentação ao governador se reunir aqui e ir ao governador pedir para mandar a mensagem, dizer a ele que já terminou o mês de março. Ele já aplicou por três meses o dinheiro do funcionalismo público. Agora já não dá mais tempo, pelo menos, mande para cá uma mensagem, mas não de recomposição salarial. No mínimo, o que ele tem que fazer é dar um bom reajuste para compensar a aplicação no mercado financeiro do dinheiro, que não lhe pertence, pertence ao funcionalismo público do Estado da Bahia. (Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o deputado Mário

Negromonte Júnior por 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo à tribuna para tratar de um assunto que vai entrar na Ordem do Dia de todas as Assembleias Legislativas, também da Câmara Federal e do Senado nos próximos dias. Na verdade, ontem, dia 26, foi comemoração de 40 anos da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, mais conhecida como Embrapa. Faço esse pronunciamento pela minha admiração por essa empresa que tem contribuído e muito pelo seu valor científico e para agregar valores, sobretudo para os pequenos produtores de toda a nossa Nação. Essa empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, tem a missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira. Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho, aqui, convidar todos deste Parlamento, a sociedade civil, a sociedade organizada, a imprensa para, no dia 09 de maio, numa quinta-feira, às 14h30min – data que já foi agendada pela nossa assessoria junto à Mesa desta Casa –, participarem de uma sessão especial para comemorar essa data neste Plenário. Gostaria de convocar a todos para que possamos fazer um grande debate. Eu, particularmente, tive a oportunidade de conhecer a fundo essa empresa brasileira, empresa pública, em razão do projeto que trouxemos a esta Casa, o Projeto do Pãozinho Baiano, que visava e visa implementar 10% de fécula da mandioca na produção do nosso pão. E tive uma ajuda quase que diária da Embrapa, com seus pesquisadores, cientistas, trazendo dados importantes para esse projeto. Mas além desse, temos diversos outros projetos na Bahia focados na mandioca, que tem um trabalho muito específico em cada região do nosso Estado, em cada região desta Nação. Inclusive, a presidenta Dilma, em junho de 2012, nas Nações Unidas, falou da importância da Embrapa e do seu trabalho. E no continente africano, ela tem sido referência. Diante da dimensão que a Embrapa tem e diante do cenário por que, hoje, essa empresa pública passa, acredito que é o momento de consagrarmos esses 40 anos. E esta Casa – tenho certeza que muitos já tiveram oportunidade de conversar, de participar de algum debate, de ter alguma informação disponibilizada pela Embrapa – vai participar também desse momento. Mas também parabenizo o deputado federal Mário Negromonte pelo seu pronunciamento hoje, pela manhã, na Câmara Federal, no sentido de fazer uma solicitação, uma indicação à presidenta Dilma para criar o PAC contra a seca no semiárido. Nós, que temos aqui, na Bahia, 40% do semiárido brasileiro. Tenho certeza que essa é uma proposta que já está sendo analisada pela presidenta Dilma. Inclusive, o governador Jaques Wagner, no sábado, dia 23, dia em que ele comemorou aniversário, estava conosco no Município de Glória, inaugurando um centro de abastecimento que vai atender a 12 localidades do município, e anunciou de público que era uma grande iniciativa, que iria tocá-la juntamente com o deputado federal Mário Negromonte para que a presidenta possa implementar isso em nosso semiárido. Então, parabenizo o nosso governador e o deputado federal Mário Negromonte, e tenho certeza que dinheiro a presidenta está guardando para cuidar da seca da forma como ela deve ser cuidada. Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua

tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Joseildo Ramos):- Com a palavra o próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho a esta tribuna para falar mais uma vez sobre a seca que assola o nosso Estado. Em mais um fim de semana viajando pelo interior da Bahia, vi a produção quase toda perdida, vi o rebanho dizimado, vi a economia se acabando nas cidades, vi o desemprego, vi o sofrimento do povo baiano, principalmente do povo sertanejo. Sei que esta seca que assola o nosso Estado é uma das piores dos últimos anos. Sei que veio numa intensidade muito grande, mas tenho certeza absoluta de que faltou planejamento do governo estadual. Faltou planejamento de infraestrutura hídrica, com a construção de novas barragens, como disse o nobre deputado Tom, de novas adutoras. Faltou perenização de rios, transferências de bacias e um programa claro de limpeza de açudes. Faltou o Estado intervir para diminuir o sofrimento dos baianos. E hoje fiquei ainda mais triste quando li o jornal A Tarde e vi o que a FAEB divulgou: houve uma perda quase total da produção de feijão, milho e mandioca. O prejuízo da pecuária, segundo o último balanço realizado em outubro, era de 60%; agora subiu para 70%. Informou também que as perdas do gado subiram de 600 mil para 1 milhão de cabeças. Falta prioridade do governo do Estado em relação à seca. Como disseram os deputados Carlos Geilson, ontem, e Tom Araújo, hoje, falta prioridade. Será que a prioridade do governo é gastar R\$ 144 milhões com propaganda, muito mais do que gasta com a seca? Repito, o governo do Estado gasta muito mais com propaganda do que com ações de combate à seca. Será, deputados Tom Araújo e Carlos Geilson, que a prioridade dos baianos é a ponte Salvador-Itaparica? Será que é essa a nossa prioridade? Não sou contra esse projeto, deputado Targino Machado, mas acho que a prioridade agora é amenizar o sofrimento dos baianos; a prioridade agora é o governo atuar para amenizar os prejuízos causados pela seca. É essa a prioridade, e não se discutir uma ponte de R\$ 7 bilhões, para a qual houve uma dispensa de licitação de R\$ 40 milhões, deputado Targino. Quarenta milhões de reais divididos por 200 municípios que estão em estado de emergência, daria R\$ 200 mil para cada um, possibilitando ações de combate à seca, a contratação de carros-pipa, a aquisição de cestas básicas. Enfim, procedimentos para amenizar o sofrimento do baiano. Então fica aqui, mais uma vez, a minha indignação, a minha cobrança pública a este governo, para que priorize ações de combate à seca, porque o interior do Estado e o sertanejo, infelizmente, não estão aguentando tanto sofrimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Muito obrigado, nobre deputado Pedro Tavares. Passo a palavra ao nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro deputado José Raimundo, que preside esta sessão, nobres deputados, nobres deputadas, inicialmente quero prestar a minha solidariedade à deputada Luiza Maia. O governador Jaques Wagner já defenestrou o ex-prefeito de Camaçari Luiz Caetano. Este não faz parte do rol de candidatos preferidos do governador, são três, a coisa está afunilando e o Luiz Caetano ficou para trás. E aqui a minha solidariedade à deputada Luiza Maia. Em relação ao deputado Marcelino Galo, o deputado fala aqui de engenharia, mas não soube explicar como vai ser a consumação desse sonho da construção da ponte Salvador-Itaparica. Na verdade a obra é importante, mas até agora o governo não soube explicar, na prática, como é que ela vai funcionar. É um projeto que está sendo gestado no governo, mas, de certa forma, a gente não vê uma coisa concreta, palpável, a não ser interesse, palavras soltas ao vento. E eu não acredito muito, sou igual a São Tomé, só acredito vendo, porque quando você pega um Estado onde o metrô está há 13 anos sem funcionar, com uma passarela, aqui na Paralela, em Pituaçu, que levou 3 anos, o que imaginar de uma ponte de 11 Km, Salvador-Itaparica.

Agora, eu quero aproveitar, meu caro deputado José Raimundo, para dizer o seguinte, sexta-feira, aniversário de Salvador, nós não teremos sessão, e quero falar sobre esta cidade que no dia 29 completa 464 anos de fundação. Esta cidade que à noite parece um presépio, esta cidade de 2 andares, esta cidade que tem um jeito muito próprio de ser, de riquezas naturais, de belas praias, de um povo que tem um jeito próprio de ser, essa cidade com as suas dificuldades, com os seus gargalos, com os seus engarrafamentos, mas uma cidade que nos orgulha, a primeira capital desse país. Então, Salvador avança para quase 3 milhões de habitantes, é a terceira capital em população, é a segunda capital a despertar o interesse do turismo, ficando apenas atrás do Rio de Janeiro. E a gente vê que esta cidade avança com os seus problemas, problemas que dizem respeito a todos nós, e que a gente imagina uma cidade para o futuro com os problemas de hoje. E eu hoje, preso num engarrafamento, imaginava o que vai ser esta cidade daqui a 10 anos, o que vai ser de Salvador, que hoje qualquer movimento para esta capital. E há uma situação muito peculiar, qualquer segmento, hoje, que se acha no direito de fazer um movimento, travar uma avenida, e quando se trava, deputado José Raimundo, qualquer artéria desta capital, a cidade para, fica toda travada. Hoje pela manhã manifestantes contrários à abertura dos shoppings na sexta-feira, aí você para a Avenida Paralela, e isso vai acabar se enredando pelas outras avenidas, e você tem que se habituar a ficar 1 hora, 2 horas, uma manhã inteira preso num engarrafamento. Mas, essa é uma cidade bonita, gostosa de se viver, a Bahia de todos os santos. E eu quero lembrar, meu caro deputado Joseildo Ramos, que vai viver uma Micareta em Alagoinhas, do que disse Dorival Caymmi: Salvador é a terra do branco-mulato, do preto-doutor e do nosso Senhor do Bonfim. Viva Salvador, viva essa terra fantástica, que é apaixonante, você se enerva nos

engarrafamentos, mas, cada vez mais, você se apaixona por Salvador, nos domingos, as tardes dos domingos com os nossos BA-VIs voltam à Fonte Nova, o nosso Barradão, enfim é essa paixão que move os torcedores do Bahia, do Vitória, essa cidade tão envolvente, tão apaixonante, das avenidas de Vale construídas pelo saudoso senador Antônio Carlos Magalhães.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Para concluir, deputado. O Sr. CARLOS GEILSON:- Viva Salvador, viva a Bahia!!! É bom demais viver nesta terra. Muito obrigado. O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Obrigado, deputado Carlos Geilson, sempre crítico e poético.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Passo a palavra ao nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Meu nobre companheiro Zé Raimundo que habilmente preside esta sessão neste momento, trago, a esta tribuna, uma breve reflexão sobre os indicadores de desenvolvimento que espelham, de uma forma específica e de uma forma racional, o desenvolvimento tanto nos municípios quanto nos estados.

E eu falo do índice da Firjan. Este índice mede a qualidade do desenvolvimento municipal e é fundado nas relações de emprego e renda, educação e saúde. Ele varia de zero a um. Quando se aproxima de um, ele está no ponto de 0,8 a 1, considerando-se o município de alto desenvolvimento. E o índice de zero a 0,4, qualifica-se como de baixo desenvolvimento. Eu trago, neste momento, a esta tribuna algo importante sobre um estado que tem 14 milhões de habitantes, 4% do PIB brasileiro, ou seja, R\$ 154 bilhões e é a 6ª maior economia dentre os 27 estados e, também, aquele que gerou 124 mil empregos formais em 2010. Ocorre que, no último ano da gestão passada do governo deste estado, houve um retrocesso, pois esse índice tirou a Bahia de desenvolvimento moderado para desenvolvimento regular ao cair 4,2% do índice. Ou seja, em 2006, a Bahia saiu da 18ª posição para a 22ª em termos de desenvolvimento, quando se comparava aos demais estados brasileiros. Só que, a partir de 2007, esse índice só fez crescer, subindo três posições, saindo do 22º lugar e indo para o 19º lugar. Mas esta é uma herança maldita que persiste até o dia de hoje. A Bahia experimentou um avanço, de 2009 para 2010, de 4.1%, tendo a educação experimentado uma elevação de 6%, mais 5% de emprego e renda. Repito, é aquele o 6º estado que mais gera emprego formal neste País melhorando os indicadores da saúde. Mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que, em 2006, dos 417 municípios baianos que tinham desenvolvimento considerado moderado, eram só 14; e, em 2010, esse número chega a 68 municípios. E aqueles de baixo desenvolvimento que eram, em 2006, 41 municípios, em 2010, só existe um que é o município de Tremedal. Então isso demonstra, cabalmente, que a Bahia tem melhorado através das suas medidas estruturantes, através da interiorização da oportunidade e do

desenvolvimento. Vejam, dos 417 municípios, foram 305 os municípios que modificaram para melhor esse importante indicador de desenvolvimento que é tratado com seriedade pelas universidades federais fluminenses e, também, pela Federação da Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Então, esses são números incontestáveis e tais números demonstram que, gradativamente, a Bahia tem se ocupado de apagar esse legado histórico ruim que traz, na esteira da falta de oportunidades, o analfabetismo, a iniquidade, a pobreza. E o semiárido fica sem oportunidades. E devo lhe dizer, Sr. Presidente, que dentro de aproximadamente 15 dias queremos convidar os deputados de oposição para que possam vir fazer nesta Casa um grande debate com o nível de aprofundamento necessário acerca das medidas estruturantes que o governo do Estado tem encetado para enfrentar as consequências desse grande flagelo que é a seca que acomete o nosso Estado. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo): - Com a palavra o nobre deputado Alan Sanches, Líder do PSB. Ao tempo em que agradeço ao nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. ALAN SANCHES: - Sr. Presidente, deputados e deputadas presentes nesta sessão, demais companheiros que nos acompanham via TV Assembleia, funcionários da Casa, fui abordado por diversas pessoas falando que hoje foi o dia de Alan Sanches tomar pancada e apanhar na imprensa, e gostaria de esclarecer. Na verdade, fui presidente da Câmara Municipal de Salvador, o que me honrou, por 2 anos, 2009/2010, um mês a menos do que o mandato normal, em função daquele problema com Alfredo Mangueira, que renunciou, e um mês depois conseguimos ser eleitos. Para explicar, primeiro disseram que foi um milhão e meio. Tive uma multa de 1.500,00 reais num processo do Tribunal de Contas dos Municípios relativo a cargos comissionados. O que acontece? A Câmara Municipal não fazia concurso, até a minha gestão, por 23 anos. Isso mesmo. Eram 23 anos que saía uma empresa terceirizada e entrava outra, até eu chegar. Quando chegamos, observamos essa inconsistência jurídica, que já estava sendo questionada pelo Tribunal de Contas e Ministério Público. O que nós fizemos? Fomos ao Ministério Público, fizemos um termo de ajuste de conduta, naquele momento, justamente para que implementássemos o concurso público. Assim fiz. Antes do concurso público, precisávamos fazer todo um plano de cargos e salários que há anos e anos não existia na Câmara Municipal. Assim o fizemos e deixamos lá como legado para os servidores públicos da Câmara, o plano de cargos e salários vigente até o momento. Instalamos, fizemos o processo licitatório sem despesa alguma para a Câmara Municipal, porque foi feito um acordo que seria cobrado pelas taxas de inscrição.

Assim foi feito. As pessoas que ficaram ainda esses dois anos após a minha saída - o concurso público já tinha sido instalado - ficaram na outra gestão justamente pela substituição, porque quem ficava lá eram pessoas do setor administrativo, na terceirizada, e puderam ser paulatinamente substituídas. E agora, se não me falha a memória, o setor administrativo terceirizado já foi retirado da Câmara Municipal e, hoje, só existem os cargos que nós deixamos no concurso público. Uma outra coisa que saiu: oitocentos e tantos cargos comissionados. Não deu tempo, mas queria trazer um quadro para ser um pouco mais ilustrativo para a sociedade. Fala que 80% da Câmara são de cargos comissionados. Cada vereador pode ter, se não me falha a memória, em torno de 23 cargos comissionados, que são os assessores. Se fizermos uma conta rápida aqui, fechada, não vou nem botar os 23, 24 assessores, vou botar 20 assessores parlamentares, que são aqui chamados secretários parlamentares. Vinte vezes 41 - porque na minha época não eram 43 vereadores, eram 41 - já temos 820 secretários de cargos comissionados. Os 80% já apareceram só com as nomeações. Não existe concurso público para ser assessor de vereador e deputado. É um cargo de confiança e de livre nomeação do vereador ou do deputado. Então, isso tem que ser esclarecido. Dizer que teve uma multa de 1.500,00 reais, porque estava dando uma enxurrada de cargos comissionados. Não, aí é mentira, não podemos ser levianos. Sempre disse que vou trazer aqui a verdade. O que eu tiver feito, estarei aqui justamente para trazer os esclarecimentos, nunca vou me furtar. Agora, não podemos também ser levianos a esse ponto e dizer que eu tinha feito uma enxurrada de 800 cargos comissionados. De acordo com a conta que fiz, cada vereador indicando no mínimo 20, porque pode indicar, se não me falha a memória, até 24, 25 assessores, já teríamos mais de 800 pessoas sendo cargos comissionados. Está aí a justificativa, mais ou menos 185, 190 estão terceirizados, outros cargos já existiam. Não criamos cargos comissionados, não criamos empregos nesse momento. A Câmara tinha que estar funcionando e desse jeito ela deu continuidade à funcionalidade da Câmara Municipal, até o concurso público foi feito por nossa gestão. Isso realmente bato no peito e digo: quem foi o responsável pelo concurso público fomos nós. Acho que isso fica claro, se me chamarem para esclarecer em qualquer meio de imprensa estarei aqui na tranquilidade para poder trazer a verdade à tona. Vamos fazer a conta correta e não dizer que Alan tinha mil e tantos cargos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Muito obrigado, deputado Alan Sanches, Líder do PSD.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.
O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, gostaria de explicitar a minha

alegria com relação o noticiário nacional, dando conta de que a Constituição Federal de nossa República foi respeitada e a garantia dos direitos de todos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Foi mantido o Pastor Marcos Feliciano que, apesar de ser molestado pelo presidente da Câmara Federal, que tentou pedir a sua renúncia mas o mesmo, usando as suas prerrogativas constitucionais, permaneceu no cargo por decisão da maioria do seu partido, PSC. Deputados evangélicos e católicos na sua unanimidade mantiveram na presidência da Comissão de Direitos Humanos o Pastor Marcos Feliciano, que estará provando à Nação que não é tempo, não é momento e nem há por que um ser humano mais ser racista num país negro ou estar com intolerância religiosa num país ou nação na qual a religião está à flor da pele e onde todos têm o direito de fazer o seu culto da maneira que quiser, sendo que cada um no grande dia prestará contas a um único Deus, que é o Deus de Israel. Gostaria de me alegrar, de parabenizar o PSC, a direção nacional do partido bem como a direção estadual que eu conheço; o presidente Eliel Santana, também um homem maravilhoso. E aproveito para pedir verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem, para encaminhar o nobre deputado Gaban.

Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a informação que tenho aqui é que a Base do governo, parece que tomou um pouco de consciência, resolveu ir ao governador cobrar o envio da mensagem do reajuste salarial para os servidores públicos. Por conta disso, segundo informações que me passaram, é que estão pedindo verificação de quórum. Gostaria de colaborar, meus caros deputados da Base do governo, com uma notícia que saiu no Bahia Econômica hoje às 13h12min, uma entrevista do secretário da Fazenda do Estado da Bahia. Ele se justifica pela não vinda à comissão, tudo que ele falou aqui é verdadeiro, foi a Assembleia que pediu o adiamento. Com relação à arrecadação, olha a declaração do secretário da Fazenda:(Lê) “Com relação à arrecadação de ICMS o Estado da Bahia, no primeiro bimestre, apresentou arrecadação no valor de R\$ 2.789.661.237,17, crescimento, segundo o secretário da Fazenda, de 21,31% em relação ao mesmo período do ano anterior, como venho afirmando, significando um incremento de R\$ 490 milhões na arrecadação”. Então, vejam, se fizermos, é lógico que ele tem dados mais atualizados que os nossos, porque o Sicof, o novo sistema que entrou no lugar do Sicof ainda não está operando, o Secretário da Fazenda já nos justificou. Os técnicos estão tentando aprimorar e entender o sistema para que ele funcione plenamente. Então não temos todos os relatórios, mas os índices são maiores que o meu, inclusive em um bimestre, pelos números que eu tenho chegaria 380 milhões e ele fala em 490. Em valores atualizados pelo IGPM de fevereiro de 2013 o crescimento foi de 12,24% e um incremento de 300 milhões no primeiro bimestre desse ano. Com relação ao aumento dos servidores estaduais a Sefaz diz que a Secretaria de Administração é responsável por fornecer informações sobre o assunto. Então o grande culpado é o

Secretário de Administração e não o da Fazenda, que está cumprindo com o seu dever com a colaboração dos auditores fiscais que aumentaram e muito a arrecadação do estado. Por isso que não pode, meus caros colegas parlamentares, o servidor público, os servidores do Poder Legislativo ficarem esperando. As coisas estão aumentando, a arrecadação está aqui e venho há 3 semanas batendo nessa mesma tecla que tinha excesso de arrecadação comparado com o ano anterior. E agora, meu caro presidente, já não sou eu a dar essa declaração e sim o próprio Secretário da Fazenda. Os números dele são, inclusive, maiores do que os números que eu estava levantando. Ele tem dados reais e eu estou me baseando em estimativas, repito, já que o sistema do estado ainda não está funcionando plenamente. É um argumento fortíssimo que a Bancada do Governo tem e deve falar com o governador para que seja sensível. E não há necessidade de continuar aplicando no mercado financeiro os recursos que são do funcionalismo público. Que ele mande, mesmo tardiamente, e compense esse atraso de 3 meses no reajuste do servidor público para que seja um reajuste bem superior à inflação do período, que é o mínimo que se espera. Sobraram 428 milhões do orçamento do ano passado que ele não utilizou e esse ano já tem uma arrecadação, segundo o próprio Secretário da Fazenda, no bimestre, de 490 milhões e se corrigimos esse valor pelo índice de IGPM, chega a 300 milhões. Então dinheiro é o que não falta, o que está faltando é a boa vontade do governo. O servidor público estadual e do Legislativo ficarão muito agradecidos se ele mandar a Mensagem e na hora em que mandar, o presidente da Casa é obrigado a mandar também o reajuste dos servidores desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Não havendo número necessário para a continuidade dos trabalhos, declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*